



GRAMÁTICA: ENSINO NA PERSPECTIVA NORMATIVA X REFLEXÃO LINGUISTICA

Fátima Grazielle de SOUZA (UNEMAT)¹

Resumo: O presente trabalho propõe uma reflexão acerca do ensino de gramática na sala de aula, enfatizando que a função do ensino da língua materna é o desenvolvimento da competência comunicativa do falante. Como procedimento metodológico, realizamos uma revisão bibliográfica acerca do ensino da gramática, e analisamos uma atividade de sintaxe provenientes de dois livros didáticos de Língua Portuguesa. Para tanto, tomamos como referencial teórico a proposta de Travaglia (2002), que propõe que o aluno seja sujeito ativo na aquisição do conhecimento linguístico.

Palavras-chave: Gramática; Livro didático; Sintaxe; Língua Materna.

Abstract: The following essay proposes a reflection about grammar teaching within the classroom, emphasizing that the native language teaching role, we have conducted a bibliographic review on grammar teaching, and syntax activity from two Portuguese language textbooks. In order to achieve our goal, we took up as a theoretical framework Travaglia's proposal (2002), which indicates that each students is an active subject in the acquisition of linguistic knowledge.

Keywords: Grammar; Textbook; Syntax; Native Language.

1. Introdução

O ensino da gramática nas escolas tem suscitado inúmeros debates e polêmicas por parte de pesquisadores e educadores que procuram desenvolver um novo método de ensino baseado na reflexão linguística, que compreende o ensino gramatical como elemento norteador que possibilite refletir sobre as estruturas da língua, porém não de forma estática como se vê corriqueiramente nos compêndios gramaticais, mas sim em sua funcionalidade no meio social.

Dito isso, esse trabalho se fundamentará nos conceitos teóricos propostos por Travaglia (2001), que propõe que o ensino gramatical se encontre baseado na concepção interacionista de língua/linguagem, que diz que:

[...] nessa concepção os usuários da língua ou interlocutores interagem enquanto sujeitos que ocupam lugares sociais e “falam” e “ouvem” desses

¹ Graduada em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT.



lugares de acordo com formações imaginárias (imagens) que a sociedade estabeleceu para tais lugares sociais [...] (TRAVAGLIA, 2001, p.23).

Convém acrescentar que os professores ainda dispõem de duas outras maneiras de conceber a linguagem e a língua, sendo elas: *linguagem como expressão de pensamento* e *linguagem como instrumento de comunicação*.

A primeira (expressão do pensamento) vê a linguagem apenas como uma forma de exteriorização do pensamento humano, sendo que nesse processo não ocorre nenhum tipo de reflexão e nem interação entre os indivíduos. Assim, de acordo com os pressupostos dessa concepção a falta de habilidade linguística do indivíduo deve-se ao fato de o mesmo não conseguir elaborar pensamentos consistentes, como afirma Travaglia (2001, p. 21) “as pessoas não se expressam bem porque não pensam”.

Para essa concepção linguística existem regras que devem ser seguidas para a organização lógica do pensamento, logo essas normas consistem nas regras gramaticais do falar e escrever “bem”, ou seja, os preceitos da gramática normativa ou tradicional.

Na segunda concepção, a linguagem é vista como um sistema de comunicação semelhante ao de Jakobson. Nesse caso, o falante tem, em sua mente, uma mensagem que é codificada e transmitida a outro indivíduo, realizando-se, portanto atividades de emissão e recepção. Destaca-se que, semelhante à concepção de linguagem como expressão do pensamento, não ocorre interação nesse processo.

É fundamental dizer que nosso trabalho se encontra embasado nos postulados da concepção de linguagem como forma ou instrumento de interação, pois acreditamos que ao se filiar a essa concepção o professor passa a conceber a linguagem como ações, nas quais o indivíduo age ou atua sobre o interlocutor produzindo, nestes, efeitos de sentido em dada situação de comunicação ou contexto histórico e ideológico.

Nessa mesma direção de pensamento, encontramos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, doravante PCNs a seguinte orientação:

[...] O processo de ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa deve basear-se em propostas interativas da língua/linguagem, consideradas em um processo discursivo de construção do pensamento simbólico, constitutivo de cada aluno em particular e da sociedade em geral [...] (BRASIL, 2000, p.18).

Como aponta os PCNs, o ensino da língua portuguesa deve privilegiar situações em que o aluno possa observar a língua em funcionamento, em um processo discursivo, assim o professor poderá trabalhar os conteúdos tradicionais, como a nomenclatura gramatical, a partir



da compreensão e produção do texto visando mostrar que a língua é dinâmica e, portanto sujeita a variações.

Podemos citar trabalhos como os de Moura Neves (1990), Travaglia (2002), Possenti (1996) dentre outros estudiosos que se preocupam em trazer reflexões sobre essa nova forma de ensinar gramática, que não se restringe somente a uma gramática fragmentada, descontextualizada estabelecida pelos especialistas como o conjunto de regras de bom uso da língua, que nesse caso refere-se apenas a variedade padrão, culta da língua.

Para pensar nessas questões que se referem ao ensino gramatical selecionamos dois exercícios de sintaxe em livros didáticos distintos que, apesar de terem a mesma data de edição, apresentam perspectivas distintas de gramática, sendo uma na visão tradicionalista e a outra que privilegia a reflexão linguística.

O primeiro exercício a ser analisado encontra-se ancorado na visão tradicionalista de gramática, ou seja, a perspectiva normativa e foi retirado do livro didático **Português para todos**, de Ernani Terra e Floriana Cavallette, da editora Scipione, com primeira edição em 2002 e a segunda em 2007. No que se refere aos autores, Ernani é bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), e Floriana Toscano Cavallette é licenciada em Letras (Português- Francês) pela mesma universidade.

O segundo recorte desse trabalho provém do livro didático **Português: uma proposta para o Letramento**, de Magda Soares, da editora Moderna com primeira edição em 2002, que traz exercícios embasados na perspectiva de reflexão linguística, que se preocupa em desenvolver a competência comunicativa do aluno. A autora supracitada é doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, e também professora nessa mesma instituição.

É pertinente destacarmos que nosso objetivo nesse trabalho não é criticar os profissionais da educação nem os livros didáticos em questão, mas sim refletir sobre o ensino de gramática na atualidade, em especial no que se refere ao aspecto sintático. Nos parece fundamental, para um melhor entendimento do tema que propomos, percorrer inicialmente, ainda que de forma superficial, a história do livro didático, instrumento utilizado pelos professores no cotidiano escolar.

1.1 História do livro didático

O livro didático surgiu na Grécia Antiga, Platão aconselhava o uso de livros de leitura que apresentassem uma seleção do que havia de melhor na cultura grega; a partir daí, o



livro didático persistiu ao longo dos séculos, sempre presente em todas as sociedades e em todas as situações formais de ensino.²

No Brasil ele surgiu como complemento aos livros clássicos, utilizados na escola inicialmente buscando ajudar na alfabetização e na divulgação das ciências, história e filosofia. Foi encampado como iniciativa do Estado, durante o governo Getúlio Vargas (1930 a 1945), na gestão do Ministro da Educação Gustavo Capanema. Em 1938, institui a Comissão Nacional do Livro Didático.

Em 1985, o mecanismo jurídico que regulamenta legalmente a questão do livro didático virou decreto. O Decreto 91 54/85 implementou o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Recentemente a Resolução/ CD/FNDE nº 603, de 21 de Fevereiro de 2001, passou a ser o mecanismo que organiza e regula o Plano Nacional sobre o Livro Didático.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Após a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico.

2- Desenvolvimento

Iniciamos nosso percurso analítico descrevendo de forma sucinta a estrutura do livro didático **Português para todos** de onde provém o primeiro recorte a ser analisado.

O livro didático apresenta três unidades, cada uma com tema distinto referente às relações do ser humano na sociedade, o *corpus* de nosso trabalho foi retirado da terceira unidade cujo tema é “O mundo é assim mesmo?” em que são discutidos assuntos referentes à adolescência.

O exercício selecionado se encontra no décimo capítulo, e vem precedido de um texto retirado de um jornal, e a partir deste é trabalhado a expressão oral e a escrita.

Nesse momento trazemos o exercício de sintaxe, referente à concordância verbal e nominal que segue dando corpo a nossa reflexão.

² Excerto retirado do site do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=668&id=12391&option=com_content&view=article



Gramática
no **texto**

1. “O banco de dados do departamento de obstetria do HC demonstra, **ainda**, que o número de grávidas de até 15 anos vem aumentando, **enquanto** o de futuras mães com 16 ou 17 anos diminui.” Reescreva esse período no caderno substituindo as expressões destacadas por outras de mesmo significado.
2. “**As** que chegam aqui com 17 anos já se sentem velhas [...]”
A palavra destacada está no lugar de qual termo?
3. 43% das estudantes tinham deixado a escola antes de engravidar.
Indique, no caderno, o termo com que o verbo **ter** concorda nessa frase.
4. “Já a taxa de grávidas com 16 e 17 anos (hoje de 59,4%) era de 65,5%.”
Indique, no caderno, o termo com que o verbo **ser** concorda nessa frase.

160

Fonte: TERRA, E. CAVALETTE, F. 2002, p.160

Como pode-se observar, a seção dedicada aos exercícios “Gramática no texto” (Português para todos), assim denominada, remete-nos a idéia de que, a partir do texto, serão propostas, pelos autores, atividades que propiciem a reflexão linguística, no entanto, ao realizarmos uma leitura crítica, percebe-se uma contradição haja visto que o que realmente acontece parafraseando Travaglia (2001) é a retirada de unidades, como por exemplo frases, para análise e catalogação, ou seja, os exercícios propostos se encontram embasados numa perspectiva estritamente normativa, conforme pode-se observar na quarto exercício, quando é solicitado aos alunos que indiquem qual o termo que o verbo “ser” esta concordando na frase.

Destarte, o referido exercício é baseado nos compêndios gramaticais normativos que “estuda apenas os fatos da língua padrão, da norma culta de uma língua” (TRAVAGLIA, 2001, p. 30) e, portanto a concepção de língua subjacente a esse exercício é a de linguagem como expressão do pensamento.

Convém acrescentar que essa perspectiva não visa o desenvolvimento das competências de leitura e escrita no aluno, pois as atividades propostas privilegiam apenas o aprendizado e a utilização da metalinguagem, dito de outra forma, esses exercícios não conduzem o aluno ao domínio efetivo da linguagem, pois para que esse processo seja efetivo exige-se reflexão acerca das questões linguísticas.

Prosseguindo em nosso percurso analítico, apresentamos o segundo exercício de sintaxe retirado do livro didático **Português: uma proposta para o Letramento**, de Magda Soares. O livro se encontra dividido em três unidades, no qual se apresenta ao aluno diversos gêneros textuais como recortes de revistas e jornais, charges, gráficos entre outros.



O exercício de sintaxe selecionado encontra-se na página 130 da terceira unidade cujo tema é “Diferentes, mas iguais”, destacamos que ele vem precedido de uma reportagem, e através desta a autora propõe atividades que privilegiam a reflexão linguística.

◀ Reflexão sobre a língua ▶

1. Recorde o título da reportagem:
"SOMOS TODOS UM SÓ"

Compare com:
São todos um só.

Qual é a diferença de sentido?

2. Determine a diferença de sentido entre as frases que você poderia falar ou escrever em cada uma das situações abaixo.

a. Você conta para alguém o resultado da pesquisa sobre raças e diferenças genéticas — poderia falar ou escrever qualquer uma das duas frases abaixo, mas o sentido não seria o mesmo:
Os seres humanos são geneticamente muito semelhantes uns aos outros.
Os seres humanos somos geneticamente muito semelhantes uns aos outros.
- Qual é a diferença de sentido?

b. Você critica uma opinião que algumas pessoas têm sobre os brasileiros — poderia falar ou escrever qualquer uma das duas frases abaixo, mas o sentido não seria o mesmo:
Dizem injustamente que os brasileiros são preguiçosos.
Dizem injustamente que os brasileiros somos preguiçosos.
- Qual é a diferença de sentido?

Fonte: SOARES, M., 2002, p.134

Destacamos que o exercício de sintaxe em questão se encontra embasado na perspectiva da Gramática Reflexiva que, de acordo com Travaglia (2002, p.150), “focalizam essencialmente os efeitos de sentido que os elementos linguísticos podem produzir na interlocução, já que, fundamentalmente, estaremos querendo desenvolver a capacidade de compreensão e expressão”, pois a partir do texto são trabalhados aspectos estruturais da língua.

Dessa maneira os elementos gramaticais não são estudados de maneira isolada, como ocorre na perspectiva gramatical normativa, mas abordados visando sua funcionalidade, como observado na primeira questão, em que se propõe ao aluno refletir sobre a construção da frase, e como ela está se significando naquele contexto.

3. Considerações finais

Com base no exposto, e tendo como elemento norteador a proposta de investigação acerca de como o ensino de sintaxe vem se dando na atualidade, observarmos a partir do *corpus* que retiramos dos livros didáticos em questão, que a preocupação e o interesse em construir um ensino que privilegie a reflexão linguística tem se tornado pauta nas discussões dos profissionais envolvidos no sistema educacional, que procuram romper com o estigma que ensinar Língua Portuguesa consistem basicamente em inculcar nos alunos as regras da gramática normativa.



Assim, os recortes que deram corpo a nossa reflexão nos permitem dizer que em “Gramática no texto” (Português para todos), o texto é um elemento do qual são extraídos (palavras ou frases), ou seja, estruturas para análise morfológica e sintática de unidades. Dito isso conclui-se que, como dito por Travaglia (2001, p.102) “o ensino de gramática (teoria) aparece como algo desligado de qualquer utilidade ou utilização prática, tendo objetivo em si mesmo”.

Em face dessa perspectiva, dizemos que esse manual didático privilegia uma abordagem gramatical tradicional, com uma visão prescritiva, ou seja, apegado as regras da gramática normativa.

Em contrapartida a seção que diz “Reflexão sobre a língua” (Português: uma proposta para o Letramento), propõe atividades a partir de diferentes gêneros textuais, pois é no texto que a gramática se realiza. Dessa forma, propicia ao aluno refletir sobre sua própria língua, e por consequência adquirir novas habilidades linguísticas, realizando um ensino produtivo.

À guisa de conclusão, queremos enfatizar que o objetivo que norteou esse trabalho foi refletir sobre o ensino da gramática, em especial sintático, não diz respeito que somos a favor de extinguir o ensino gramatical na escola, como eventualmente afirmam alguns puristas, pois acreditamos assim como afirma Antunes (2003) que a

[...] Gramática, não entra em nossa atividade verbal dependendo de nosso querer: ela está lá, em cada coisa que falamos, em qualquer língua, e é uma das condições para que uma língua seja uma língua. Não existe a possibilidade de alguém falar ou escrever sem usar as regras da gramática de sua língua [...] (Antunes, 2003, p. 119).

Conforme dito pela estudiosa, acreditamos que a instituição escolar deve assegurar ao aluno o conhecimento gramatical de sua língua materna, porém esse processo de aprendizagem não deve ocorrer de forma descontextualizada, rígida, como tradicionalmente se tem visto nas aulas de Língua Portuguesa, pois o ensino da língua materna extrapola os muros das prescrições. Dito de outra forma, não existe norma que represente verdadeiramente o desejo de expressão de uma sociedade.

Em suma, o que tange enfim aos objetivos de uma educação linguística, parafraseando Bechara (1985) é permitir ao aluno conhecimento e controle das diversas funções da linguagem, ou seja, o objetivo principal é formar, aperfeiçoar o controle das diversas competências linguísticas do aluno.



4. Referências

- ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola, 2003.
- BECHARA, Evanildo. **Ensino de gramática. Opressão? Liberdade?** São Paulo: Ática, 1985.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ensino Médio. Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf> Acesso em: 15 de dez. de 2014.
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=668&id=12391&option=com_content&view=article>. Acesso em: 15 de dez. de 2014.
- SOARES, Magda. **Português uma proposta para o Letramento**. São Paulo: Moderna, 2002.
- TERRA, Ernani; CAVALETTE, Floriana. **Português para todos**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2002.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de Gramática no 1º e 2º graus**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001.